

RELAÇÕES DA ÁFRICA DO SUL E DO BRASIL COM MOÇAMBIQUE: LIMITES DAS INTERAÇÕES SUL-SUL NA GLOBALIZAÇÃO

Relations of South Africa and Brazil with Mozambique: limits of South-South relations under globalization

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

1 Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Prolam-USP, São Paulo SP, Brasil. E-mail: fabio.luis@unifesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>

RESUMO

Este artigo examina as relações econômicas da África do Sul com Moçambique no contexto pós-apartheid (1994 em diante), e a penetração de negócios brasileiros em Moçambique durante os governos Lula (2003-2010). Minha hipótese é que a globalização modificou os nexos históricos da África do Sul com o espaço econômico moçambicano sem subverter suas estruturas assimétricas, enquanto a análise do caso brasileiro explicita a importância da atuação política como ferramenta de aproximação entre os países. Para além da especificidade dos casos, esta análise ilumina o alcance e os limites de interações Sul-Sul avançadas por governos originalmente identificados com a mudança social (ANC, Frelimo e PT), mas sujeitos aos constrangimentos impostos pela articulação entre globalização e neoliberalismo.

Palavras-chave: Globalização. Relações Sul-Sul. Moçambique.

ABSTRACT

This article examines South Africa's economic relations with Mozambique in the post-apartheid context (1994 onwards), and the penetration of Brazilian businesses in Mozambique during the Lula governments (2003-2010). My hypothesis is that globalization has modified South Africa's historical links with the Mozambican economic space without subverting its asymmetrical structures, while the analysis of the Brazilian case makes explicit the importance of political action as a tool for bringing countries closer together. Beyond the specificity of the cases, this analysis sheds light on the scope and limits of South-South interactions advanced by governments originally identified with social change (ANC, Frelimo and PT), but subject to the constraints imposed by the articulation between globalization and neoliberalism.

Keywords: Globalization. South-South Relations. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Este artigo examina as relações econômicas da África do Sul com Moçambique no contexto pós-apartheid, que correspondeu ao fim da guerra civil na ex-colônia portuguesa (1977-1992). Ambos países são governados há décadas pelos partidos que encarnaram a luta anticolonial – o Congresso Nacional Africano (ANC), desde o fim do apartheid em 1994; e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), desde a independência em 1974. A análise mostra que a globalização modificou os nexos da África do Sul com o espaço econômico moçambicano sem subverter suas estruturas assimétricas, a despeito das expectativas iniciais de uma integração que recuperasse o espírito panafricanista anticolonial. Na linha de Panitch e Gindin (2012), compreende-se a globalização como a abertura da economia de um país, a entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros de outros países, reforçando relações de interdependência assimétrica. Neste contexto, o poder de agência de Moçambique é menor do que o seu vizinho sul-africano.

Em seguida, o texto discute a penetração de negócios brasileiros em Moçambique durante os governos Lula (2003-2010), em paralelo ao crescimento da cooperação para o desenvolvimento brindada pelo país sul-americano. Neste período, há uma mudança quantitativa e qualitativa na relação entre estes países, o que justifica um recorte temporal diferente em relação ao caso da África do Sul, em que os governos da ANC se iniciaram ainda no século passado – e se estendem até o presente. Como decorrência, o tratamento dado às relações de Moçambique com o Brasil é menor, mas suficiente para oferecer um ponto de apoio para a comparação. Na análise do caso brasileiro, explicita-se a importância da atuação política como ferramenta de aproximação entre os países, ainda que a promessa de uma cooperação desinteressada, seja questionável. A seção final do texto aborda ambos casos. Apesar de envolverem marcos temporais e dinâmicas econômicas distintas, a comparação se justifica em função do objetivo de refletir sobre o alcance e os limites de interações Sul-Sul avançadas por países governados por partidos originalmente identificados com a mudança social (a esquerda), em um contexto constrangido pela articulação entre globalização e neoliberalismo. A metodologia da pesquisa envolveu revisão de bibliografia pertinente e entrevistas realizadas na África austral.

ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE: CONTEXTO HISTÓRICO

As relações entre Moçambique e África do Sul se teceram em torno do desenvolvimento capitalista deste segundo país, impulsionado de modo decisivo desde o final do século XIX pela consolidação do que Fine e Rustomjee descreveram como o complexo mineral-energético, em torno do qual gravita a economia sul-africana desde então (Fine; Rustomjee, 1996). A exigência de provimento sistemático de força de trabalho barata para as minas e plantações, estruturou nexos entre dominação racial e desenvolvimento capitalista, que resultou no regime do apartheid como estrutura de classe característica do capitalismo sul-africano no século XX (Worden, 1995).

Em função da proximidade geográfica com o Transvaal, região que concentrou a exploração mineira, e posteriormente, a industrialização sul-africana, trabalhadores moçambicanos também foram incorporados a este dinamismo econômico, com a mediação do governo metropolitano. Em 1901, os governos português e sul-africano acordaram o chamado “negócio do ouro”, segundo o qual cerca de metade do salário dos mineiros seria pago à administração colonial portuguesa em ouro. Esta parte do pagamento seria entregue aos trabalhadores quando retornassem à Moçambique. Como o pagamento era convertido em escudos segundo o câmbio ouro/ rand (moeda sul-africana) vigente quando foi firmado o acordo, na medida em que o ouro se valorizava, a administração colonial auferia uma receita extra decisiva para equilibrar a balança de pagamentos, às expensas dos trabalhadores moçambicanos no país vizinho (First, 1983; Braga, 2022).

Portanto, desde o período colonial, vínculos econômicos foram forjados em torno de forças e interesses que operam em ambas economias, tendo como eixo dinâmico o complexo mineral-energético sul-africano. Além da engenharia social que garantiu o suprimento de força de trabalho negra, a proximidade com o litoral moçambicano ensejou uma gama de serviços de

transporte ferroportuários instigadas pela exportação mineira. A partir da década de 1960, os negócios sul-africanos se estenderam ao comércio e investimentos, consolidando um padrão de relação em que Moçambique era fonte de força de trabalho, mas também mercado de bens, serviços e finanças sul-africanos (Castel-Branco, 2020). Em 1969, a administração colonial iniciou a construção da hidroelétrica de Cahora Bassa, que contou com o Estado sul-africano como um dos seus três acionistas, prenunciando importantes conexões futuras no plano energético.

No início dos anos 1970, a África do Sul era o maior parceiro comercial de Moçambique, excetuando-se a metrópole portuguesa. O complexo mineral-energético sul-africano empregava cerca de 40 % da força de trabalho assalariada de Moçambique e os seus ganhos eram superiores ao total da produção agrícola do sul do país, primordialmente rural. Como muitos mineiros tinham raízes no campo, suas remessas se tornaram cruciais para financiar a agricultura familiar, mas também para equilibrar as contas nacionais que, sem este aporte, seriam cronicamente negativas. O sistema ferroportuário era o segundo maior empregador, enquanto o porto de Maputo era a principal fonte de divisas do país (Castel-Branco, 2020).

A independência de Angola e Moçambique em 1974, agudizou a hostilidade regional ao regime supremacista branco da África do Sul. No marco destas tensões, que levaram o governo do apartheid a se envolver militarmente em ambos países, a África do Sul rompeu unilateralmente o negócio do ouro em 1977. A vulnerabilidade da economia moçambicana foi escancarada: os déficits de conta corrente e da balança de pagamentos se agravaram, enquanto a economia rural foi afetada pela queda das remessas. A migração ilegal e a ajuda internacional mitigaram, parcialmente, os efeitos desta política. No médio prazo, a redução da centralidade do trabalho migrante prenunciou uma modificação no modo como a economia sul-africana se relaciona com as economias da região, que se evidenciaria com o fim do apartheid.

Quando isso ocorreu em 1994, a posição regional da África do Sul se transformou. De pária mundial, o governo liderado por Nelson Mandela se posicionou como candidato a líder regional. Esta posição esteve embalada por um reavivamento da utopia da integração africana, uma retórica continuada, com diferentes matizes, por seus sucessores. Na prática, a liderança reivindicada pelo país esteve atravessada por ambiguidades determinadas pelo peso econômico do país. Quando a África do Sul se incorporou à South African Development Community (SADC), o país respondia por cerca de 1/3 do PIB da África sub-saariana, ou 3/4 do PIB deste bloco regional. A ideia de Mandela de que a África do Sul não poderia ser uma ilha de prosperidade em um mar de pobreza (ainda que esta prosperidade seja relativa), foi problematizada pela natureza dos nexos econômicos do país com seu entorno imediato, que inclui Moçambique.

ÁFRICA DO SUL NA GLOBALIZAÇÃO

O ocaso do apartheid correspondeu ao fim da guerra civil que dilacerou Moçambique, o que não foi mera coincidência, já que o regime supremacista branco apoiou as forças que combatiam o governo do novo país que, embora se declarasse não-alinhado, era percebido como

um aliado soviético (Cabaço, 2021). O fim da Guerra Fria corroborou para desarmar tensões na África austral, mas também correspondeu ao declínio dos ideários socialista e nacionalista que inspiraram a luta pela independência liderada pela Frelimo em Moçambique, e o enfrentamento do apartheid conduzido pela ANC na África do Sul. Nos anos 1990, ambos países adotaram políticas de ajuste estrutural identificadas com o neoliberalismo, enquanto a globalização modificou os nexos destes países com a economia mundial, mas também destes países entre si.

O recrutamento de força de trabalho migrante perdeu centralidade no modo como se articulava a economia sul-africana com Moçambique, e com as economias da África austral de modo geral. Entre 1990 e 2000, as remessas dos trabalhadores passaram de 70 milhões, para 37 milhões de dólares por ano, enquanto a proporção delas nas receitas em moeda externa (excluindo ajuda externa) passou de 23 % para 5 %. Ao mesmo tempo, trabalhadores estrangeiros radicados em Moçambique transferiram para os seus países de origem 35,5 milhões de dólares em 2000 – o que praticamente equivale ao influxo de remessas de trabalhadores migrantes para o país (Castel-Branco, 2020).

Neste mesmo período, acelerou-se a internacionalização de empresas sul-africanas. Com receio do que seria o país após o fim do apartheid, muitas corporações deslocaram sua sede para fora do país, geralmente para Londres, o que foi facilitado quando o governo autorizou, em 1997, as maiores empresas do país a transferir para a bolsa de Londres a sua cotação acionária principal (*primary listing*), permitindo desta maneira, exportar legalmente capitais como dividendos e outras formas de pagamento. Esta operação facilitou a evolução destes grupos em empresas globais, mas também envolveu uma massiva transferência de capitais (Southall, 2010, 46). A economia pós-apartheid permaneceu articulada em torno do complexo mineral-energético, mas a estrutura dos conglomerados se modificou sob a égide da financeirização, reestruturação de ativos e deslocamento para o exterior (Fine, 2008).

Muitas destas empresas encontraram na África austral um espaço econômico privilegiado para ensaiar e projetar sua guinada global. As estratégias de internacionalização das corporações sul-africanas na região envolveram o investimento estrangeiro direto, a internacionalização do sistema financeiro, o controle de recursos estratégicos e mercados, e o incentivo ao livre-comércio por meio de acordos e tratados (Castel-Branco, 2020). Em lugar dos fluxos de força de trabalho, o comércio e o investimento estrangeiro direto reestruturaram os nexos econômicos da África do Sul com os países vizinhos. No plano político, formuladores de políticas públicas entenderam que esta expansão seria uma condição necessária para a projeção mundial do país. Nas palavras de uma diretora do South African Institute of International Affairs, se a África do Sul quiser ser um *hegemon*, precisa de tamanho, ou seja: precisa de uma região (Bertelsmann-Scott: 2018). Naquele momento, a *Spatial Development Initiative* (SDI) foi uma dentre outras estratégias públicas e corporativas destinadas a «(...) gerar crescimento e desenvolvimento internacionalmente competitivos a longo prazo e reestruturar o espaço econômico do Apartheid» (ISP, 1998, 12).

Um projeto chave associado à SDI foi o *Maputo Development Corridor*. A recuperação do corredor envolveu a reconstrução da rodovia Maputo-Witbank, ligando o centro industrial da África do Sul (Gauteng) ao porto de Maputo; a renovação deste porto; e a reabilitação de ferrovias conectando o porto com o Eswatini (ex-Suazilândia), Zimbábue e África do Sul. A recuperação e ampliação da estrada que liga Joanesburgo a Maputo diminuiu a importância do transporte ferroviário, e foi ilustrativa das novas modalidades de negócio na região. Construída sob uma modalidade de parceria público-privada que prevê a concessão da rodovia e a cobrança de pedágios, a obra foi financiada pelo *Development Bank of South Africa* (DBSA) e pela Industrial Development Corporation (IDC) sul-africana, entre outros. Para além da receita dos pedágios, que rapidamente excedeu as expectativas e provocou conflitos entre o governo moçambicano e a empresa concessionária, a estrada serviu como lastro para papéis negociados no mercado de derivativos: em outras palavras, a rodovia se tornou um ativo financeiro, revelando que antigos nexos mercantis poderiam servir de base para novas formas de valorização (Basoni, 2022).

A estratégia SDI formulada pelo governo sul-africano se desdobrou em uma unidade SDI regional criada em 2000, que adotou o Corredor de Desenvolvimento de Maputo como modelo. Posteriormente, o conceito foi estendido para a África no âmbito da “Parceria para o Desenvolvimento da África” (NEPAD) criada pela União Africana em 2002, mas que teve como principal impulsionador a África do Sul então governada por Thabo Mbeki (1999-2008). Apesar do discurso de promoção de um “renascimento africano”, a iniciativa do sucessor de Mandela distava muito do panafricanismo do período imediatamente pós-colonial, pois o esteio fundamental da integração que se projetava era mercantil. Efetivamente, a NEPAD malogrou em seus objetivos políticos, mas a dimensão infraestrutural da iniciativa foi incorporada pelo Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas da África (PIDA) (Kunaka; Hartmann; Sequeira, 2014).

MOÇAMBIQUE IS OPEN FOR BUSINESS: ÁFRICA DO SUL

Com o fim do conflito armado e a guinada neoliberal e globalizante do governo moçambicano, o desenvolvimento de megaprojetos, e posteriormente, de zonas econômicas especiais (ZEEs), emergiu como estratégia de crescimento. A exportação de bens agrícolas (açúcar, algodão, tabaco, castanha de caju), de serviços de transporte e de mão de obra, perdeu centralidade diante da exploração de recursos naturais e de *commodities* (Mosca; Selemane, 2013). Os vínculos tradicionais com a África do Sul permeados pela questão logística e por fluxos de mão de obra continuaram vigentes, mas capitais sul-africanos também encontraram novas frentes de investimento.

Caso paradigmático é a fundição de alumínio Mozal, a segunda maior do setor na África. Co-financiada pelo DBSA e inaugurada em 1998, o maior empreendimento privado do país tem entre os seus acionistas o IDC, com 24% das ações. A Mozal é o megaprojeto que ancora a zona econômica especial de Beluluane, que por sua vez, é considerada a espinha dorsal do corredor de desenvolvimento de Maputo. Esta situação significa que a Mozal praticamente não paga impostos,

como os demais empreendimentos em ZEEs, enquanto emprega apenas cerca de mil trabalhadores (Castel Branco, 2022).

Capitais sul-africanos também são sócios da hidroelétrica de Cahora Bassa, que exporta a maior parte da sua produção para a África do Sul. Curiosamente, Moçambique recompra parte desta energia da companhia sul-africana Escom, para suprir as plantas de fundição da Mozal, que consome quatro vezes mais energia do que o resto do país (Lusa, 2018). Esta ligação entre a Escom e a Mozal, mediada pela joint-venture Motraco, favoreceu uma ulterior penetração sul-africana para fornecer eletricidade a outros megaprojetos intensivos em energia, como o de areias pesadas em Gaza (Cortez, 2022).

O DBSA também financiou a gigante sul-africana Sasol, que arrebatou da Enron o negócio do gás natural em Moçambique, após uma manobra controversa. A Enron contava como principal cliente do gás de Pande, com o projeto de ferro e aço de Maputo (MISP), que, no entanto, nunca se concretizou. Isso porque a IDC retirou-se do plano de investimentos do MISP, como parte da estratégia sul-africana de apoiar a Sasol, sabotando a Enron. Sem mercado para o gás, a Enron foi forçada a abandonar o projeto, abrindo as portas para que a Sasol assumisse o controle do negócio. A empresa dirigiu o gás para a África do Sul por meio da construção de um gasoduto de Temane até Secunda, onde a Sasol converte o gás natural em combustível líquido. Na África do Sul, o gás moçambicano sustenta a industrialização. Em Moçambique, além de gozar de isenção para importar materiais e não pagar imposto de renda sobre pessoa jurídica, a Sasol não pagou IVA por 17 anos. Em 2020, a empresa obteve autorização para expandir explorações (Bruna, 2022).

O gás natural controlado pela Sasol aumentou significativamente as exportações de Moçambique para a África do Sul, que, no entanto, se restringem cada vez mais a produtos de gás e energia eléctrica. Em 2020, a soma destes produtos correspondeu a 2/3 das exportações para o país vizinho, que é o principal destino das exportações moçambicanas. Mas no caso específico da energia eléctrica, Moçambique reimportou um valor equivalente ao que exportou, enquanto importa gás de botijão de Portugal (Cortez, 2022). A oferta de eletricidade é um fator que constrange a implementação de megaprojetos em Moçambique, até porque a capacidade de exportação da Escom é limitada pela alta demanda da própria economia sul-africana, que é intensiva em energia eléctrica. Por outro lado, Moçambique é o décimo destino das exportações sul-africanas que, em 2020, superaram em mais de quatro vezes o valor do que foi importado da ex-colônia portuguesa, denotando uma relação comercial assimétrica. Moçambique depende de modo sistemático de ajuda internacional, para fechar suas contas.

A África do Sul fornece bens e serviços para indústrias extrativas e também para a construção da infraestrutura que escora esses negócios. Durante as obras da rodovia Witbank-Maputo, empresas moçambicanas forneceram materiais e equipamentos às empreiteiras sul-africanas que construíam a estrada no lado moçambicano, o que configurava uma exportação para o país vizinho. No entanto, a maior parte destes itens era importada da própria África do Sul. Uma

dinâmica similar ocorre em outros megaprojetos. Por exemplo, estima-se que apenas 3 % a 5 % das compras da Mozal vêm de empresas domésticas (Castel-Branco, 2020).

Enquanto Moçambique exporta produtos primários para a África do Sul, muitos itens de consumo cotidiano encontrados em redes de supermercado como ShopRite, também sul-africano, tem origem no país vizinho, como leite, manteiga, bolachas ou sucos (Amaral, 2022). Os sul-africanos comandam a indústria do açúcar, da cerveja, de refrigerantes, grandes moagens de cereais e a maioria das instalações turísticas, da Ponta d'Oro à Ruvuma, passando pelas ilhas. Capitais sul-africanos dominam o litoral, que recebe significativos fluxos de turistas sul-africanos, mas também investem em ecoturismo em reservas. Ao mesmo tempo, estão envolvidos em modalidades de "extrativismo verde", como é o caso da Indústria Florestal de Manica, subsidiária da empresa sul-africana Komatiland Forests, que opera na província de Manica (Bruna, 2022; Essop, 2022).

Em décadas recentes, sul-africanos se interessaram por territórios que podem ser explorados como reservas, mas também por terras que podem ser exploradas pelo agronegócio. Embora em Moçambique a terra seja propriedade estatal, é possível apresentar um plano de exploração para pleitear uma concessão de exploração por 50 anos. Foi assim que capitais sul-africanos se engajaram em uma diversidade de projetos agroindustriais além do açúcar, como o processamento de caju, café, bananas e tabaco para exportação, embora estes cultivos tenham um peso pequeno em comparação com o gás e a energia elétrica. Outras vezes, o investidor não é sul-africano, mas a produção tem como destino a África do Sul (Bruna, 2022).

Este sobrevoo dos investimentos sul-africanos em Moçambique desde o fim do apartheid, sugere que capitais nacionais ou sediados no país estiveram em posição privilegiada para se beneficiar das oportunidades de negócio que emergiram do padrão de desenvolvimento optado pela Frelimo depois do fim da Guerra Fria. No entanto, esta condição favorável não significou qualquer exclusividade: ao contrário, a competição entre capitais de procedência distinta poderia reduzir a preponderância sul-africana, aumentando a margem de manobra do país.

MOÇAMBIQUE IS OPEN FOR BUSINESS: BRASIL

No século XXI, a alta nos preços internacionais das commodities impulsionada pelo crescimento chinês, abriu oportunidades mercantis para capitais brasileiros, que identificaram em Moçambique um território fértil para expandir operações. Estes interesses foram beneficiados pela intensa atividade diplomática conduzida pelas gestões presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010), no sentido de promover uma aproximação Sul-Sul, em um movimento combinou cooperação e negócios.

Os principais instrumentos para apoiar a internacionalização de empresas brasileiras ou sediadas no Brasil, consideradas competitivas no plano global (as chamadas "campeãs nacionais"), foram a política de financiamento do BNDES e a diplomacia empresarial do Itamaraty (Santos,

2018). Em paralelo, o Brasil destinou recursos financeiros e diplomáticos para promover uma “cooperação para o desenvolvimento”, com ênfase nas áreas da agricultura, educação, saúde e gestão pública. Entre 2003 e 2010, Moçambique foi o principal destino da cooperação brasileira, em uma atuação que também envolveu atores como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz. Embora o discurso oficial apresentasse a cooperação como uma “diplomacia solidária”, desvinculada de interesses comerciais, pesquisas mostram que, na prática, cooperação e investimentos privados se mesclaram e se confundiram (Garcia; Kato, 2016). Significativamente, houve uma correlação entre o crescimento da cooperação brasileira em Moçambique e o aumento das exportações para o país (McDonnell, 2017).

A Vale chegou a Moçambique em 2004, na convergência entre o interesse moçambicano em impulsionar megaprojetos extrativistas, e a política brasileira de apoio às “campeãs nacionais”. A empresa recebeu uma concessão para explorar a mina de carvão de Moatize, inoperante desde a independência. A necessidade de exportar o minério exigiu que a Vale se envolvesse na dimensão logística do negócio, adquirindo o controle da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte, que controlava ferrovias e portos em Moçambique e Malauí. Posteriormente, a empresa anunciou investimentos massivos para expandir a mina de Moatize, o que exigia novos investimentos na infraestrutura do corredor Nacala, que incluíam a duplicação de uma ferrovia de 912 km entre a mina e o Porto de Nacala (Garcia; Kato, 2016). Para explorar o carvão de Moatize, a Vale consolidou uma rede logística que pode servir como corredor entre países africanos e a Ásia através do Oceano Índico, em sintonia com a racionalidade da NEPAD.

Estas obras por sua vez, abriram as portas para que as empreiteiras Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez atuassem no país. Esta presença logo se estendeu a projetos que não estavam relacionados aos negócios da Vale, frequentemente apoiados pelo BNDES. Por exemplo, a Odebrecht se envolveu na instalação de um projeto de Bus Rapid Transport (BRT) em Maputo, com crédito de US\$ 180 milhões do BNDES e na implantação de uma zona franca industrial (US\$ 40 milhões do BNDES), enquanto a Andrade Gutierrez participou na construção da barragem Moamba Major, com um financiamento de US\$ 350 milhões do BNDES (Garcia; Kato, 2016).

A intervenção da Vale em território moçambicano também abriu as portas para um ambicioso projeto na área da agricultura, o ProSavana. Lançado em 2009 como fruto de uma cooperação técnica entre Brasil e Japão, o projeto se inspira na transformação do cerrado brasileiro em décadas recentes, impulsionada pela agricultura em larga escala para exportação. Segundo a pesquisadora japonesa Funada-Classen, o processo brasileiro foi impulsionado por um programa de cooperação entre Brasil e Japão na década de 1970, chamado Prodecer, que por sua vez, se inspirou no modelo aplicado no nordeste da China quando o Japão ocupou militarmente a Manchúria no período entreguerras (Beck, 2018).

ProSavana propunha como principais beneficiários, agricultores de pequena e média escala, que seriam integrados progressivamente às cadeias do agronegócio, principalmente para

a produção de soja e milho para exportação – em um país que importa alimentos em grande escala. Entretanto, em 2011 o governo de Moçambique convidou uma comitiva de 40 fazendeiros do Mato Grosso para uma visita de negócios, a quem teria sido oferecido terra “no tamanho de 3 Sergipes”, em concessões de 50 anos com a possibilidade de renovação por mais 55 anos. Em reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Moçambique oferece terra à soja brasileira”, o então presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, Carlos Ernesto Augustin, declarou: “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terras de graça, sem tantos impedimentos ambientais, com o [custo do] frete à China muito mais barato. Hoje, além de terra estar caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmatamento e limpeza de área” (Mello, 2011).

O ProSavana propôs um modelo de modernização agrícola em larga escala em um território atravessado por corredores logísticos que vinculam megaprojetos de extração mineral, como a mineração de carvão na Província de Tete (onde atuava a Vale) e a exploração de gás natural na Província de Cabo Delgado (jazidas diferentes daquelas exploradas pela Sasol no sul do país), aos portos no litoral. Em outras palavras, ProSavana contava com o acesso à infraestrutura logística desenvolvida pela Vale para transportar a produção do agronegócio moçambicano rumo à Ásia, de modo que o corredor Nacala pode ser visto como um impulsionador da internacionalização do agronegócio brasileiro (Milhorange, 2017, 70).

REFLEXÕES FINAIS

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado moçambicano desde o fim da Guerra Fria abriu novas oportunidades de negócio para o capital internacional, associadas principalmente a megaprojetos que envolvem a exploração de recursos minerais e agrícolas. As conexões históricas que vinculam a economia moçambicana à África do Sul foram reordenadas em sintonia com a nova ordem global, mas a centralidade do complexo mineral-energético se manteve. A proeminência de novas dinâmicas envolvendo capitais que se internacionalizaram, não anulou vínculos consolidados nos planos logístico e do fluxo da força de trabalho.

Para capitais sul-africanos que se reestruturaram para atuar em escala global, a expansão regional serve como campo de ensaio e trampolim. Deste ponto de vista, o seu entorno regional, que inclui Moçambique, emergiu como ponto de partida de negócios sul-africanos de projeção global. Para capitais brasileiros cuja internacionalização foi impulsionada pelos governos petistas, a África portuguesa emergiu como uma oportunidade de extensão de lógicas mercantis testadas em território brasileiro e no entorno sul-americano. Deste ponto de vista, a projeção da Vale, das empreiteiras e do agronegócio em Moçambique pode ser vista como o apogeu – uma espécie de ponto de chegada desta internacionalização.

Se para a África do Sul, Moçambique pode ser um destino para seus capitais quase tão natural como para seus turistas – e para os capitais da indústria do turismo-, no caso dos capitais brasileiros, a política dos governos petistas constituiu uma alavanca fundamental. Visto por este

prisma, seria relevante investigar se há conexões entre as mudanças na política externa e o declínio dos negócios brasileiros em Moçambique. Em 2021, a Vale vendeu sua participação na mina de Moatize e no corredor logístico de Nacala para a indiana Jindal, enquanto um ano antes, o governo moçambicano anunciou o fim do ProSavana. É certo que decisões corporativas de uma transnacional do porte da Vale obedecem a múltiplos fatores, que incluem a opção por focar no minério de ferro e o desgaste causado pelos conflitos socioambientais com que a empresa se envolveu (Valoi, 2022). Também é certo que a lógica intrínseca ao ProSavana pode ser perseguida por outros meios e com outro nome. Mas chama a atenção que as três principais frentes de negócio abertas em Moçambique durante as presidências de Lula – a mineração, a construção civil e o agronegócio, tenham recuado em paralelo à cooperação Sul-Sul que lhes acompanhou. Também seria pertinente indagar se esta diminuição da presença brasileira correspondeu a uma intensificação de negócios chineses, considerando a relevância econômica crescente do país oriental.

A cooperação do Brasil com a África durante os governos petistas foi marcada pela retórica de uma “dívida histórica com a África”, que, no entanto, não se traduziu em padrões de cooperação substancialmente diferentes daqueles que caracterizam as relações Norte-Sul (McDonnell, 2020, 60). De modo análogo, o ideário panafricanista emulado pela ANC e por Mandela, retomado por seu sucessor Thabo Mbeki na proposta de um “renascimento africano” que desaguou na formação da Nepad, não resultou em mudanças estruturais nas relações da África do Sul com Moçambique. Para muitos moçambicanos, a África do Sul continua sendo um “tubarão” – ou seja, um predador no contexto regional. A diferença seria que os “boers” agora são pretos (Yussuf, 2022).

No conjunto, a análise das relações de Brasil e África do Sul - dois países que compõem os BRICS - com Moçambique, oferece um ângulo privilegiado para refletir sobre continuidades e novidades nas relações Sul-Sul no marco de governos comandados por partidos originalmente identificados com a mudança social, mas sujeitos aos constrangimentos impostos pela articulação entre neoliberalismo e globalização. Em outro nível, a questão enseja uma reflexão sobre o alcance e os limites da mudança avançada por diferentes tradições da esquerda que chegaram ao governo no Sul Global em décadas recentes. A análise avançada neste artigo indica os contornos da interação Sul-Sul possível, nos marcos de uma ordem que ANC, Frelimo e o PT só puderam contestar de modo parcial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beck, J. (2018). “O império do Japão e as origens do ProSavana em Moçambique”. DW, 20 novembro. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/o-imp%C3%A9rio-colonial-do-jap%C3%A3o-e-as-origens-do-projeto-agr%C3%ADcola-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-46376399>>. [Acesso em 7 jan 2023].

Cabaço, J. L. (2021). *À sombra da utopia*. Maputo: Fundação Fernando Couto.

Castel-Branco, C. N. (2020). 'Ligações económicas entre a África do Sul e Moçambique: Dinâmicas pós-coloniais e pós-Apartheid entre 1990-2002'. Em: FORQUILHA, S. (org). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Fine, B.; Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: From Minerals-Energy Complex to Industrialization*. Boulder: Westview Press.

Fine, B. (2008). *The Minerals-Energy Complex is dead: Long live the MEC?*. Paper presented at the Amandla colloquium on 'Continuity and discontinuity of capitalism in post-apartheid South Africa', Cape Town.

First, R. (1983). *Black gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Londres: Harvester Press.

Garcia, A., & Kato, K. (2016). "Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique". *Caderno CRH*, 29(76).
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v29i76.20074>

Gindin, S.; Panitch, L. (2012). *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Verso.

Kunaka, C.; Hartmann, O.; Sequeira, S. (2014). *Reviving trade routes. Evidence from Maputo corridor*. Washington: SSATP, World Bank Group.

Industrial Strategy Project (1998). *Promoting Industrial Development in Southern Africa through Regional Integration and Co-operation. (Regional Research Project)*. Cidade do Cabo: University of Cape Town.

Lusa (2018) 'Moçambique pode ser a próxima estrela dos mercados emergentes, diz McKinsey' *Diário de Notícias*, 13 setembro. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/mocambique-pode-ser-a-proxima-estrela-dos-mercados-emergentes-diz-mckinsey-9841457.html>>. [Acesso em 7 jan 2023].

Mello, P. (2011). "Moçambique oferece terra à soja brasileira. Folha de S. Paulo". *Folha de São Paulo*, 14 agosto. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>>. [Acesso em: 6 jan. 2023].

Milhorace, C. (2017) "The role of Brazil in the consolidation of an extractive model in Mozambique". Em: ALDEN, C.; CHICHAVA, S.; ALVES, A. C. *Mozambique and Brazil. Forging new partnerships or development dependency?* Cape Town: Fanele.

Mosca, J.; Selemane, T. (2013). *Grandes projetos e segurança alimentar em Moçambique* Maputo.

McDonnell, R. (2017). "What Brazil-Mozambique relations tell us about South-South cooperation". Em: ALDEN, C.; CHICHAVA, S.; ALVES, A. C. *Mozambique and Brazil. Forging new partnerships or development dependency?* Cape Town: Fanele.

Santos, F. L. B. dos (2018). Neo-development of underdevelopment: Brazil and the political economy of South American integration under the Workers' Party. *Globalizations* ^{JCR}, v. 1, p. 1-16.

Southall, R. (2010). "South Africa 2010: From short-term success to long-term decline?" In: DANIEL, N., PILAY & SOUTHALL. *New South African Review* 1. 2010: Development or decline? Johannesburg: Wits University Press, pp. 1-23.

Valoi, E. (2022). "Vale: o dossiê Moçambique". *Outras Palavras*, 1 fevereiro. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/vale-o-dossie-mocambique/>>. [Acesso em 7 jan 2023].

Worden, N. (1995). *The making of modern South Africa: conquest, segregation and apartheid*. Oxford: Blackwell.

Entrevistas citadas, realizadas em Joanesburgo e Maputo (Novembro e Dezembro 2022)

Baloyi, Basani. Institute for Economic Justice.

Braga, Carla. Professora do Centro de Estudos Africanos.

Bruna, Natacha. Coordenadora do Observatório do Meio Rural (OMR)

Castel-Branco, Ruth. Research Manager: Future of Work | Southern Centre for Inequality Studies

Cortez, Edson. Coordenador do Centro de Integridade Pública (CIP).

Yussuf, Adam. Historiador, professor e militante.

Entrevista citada, realizada em Joanesburgo (Junho de 2018)

Bertelmann-Scott, Talitha. Diretora do Regional Observatory do SAIIA.